

DOS QUARTEIS À LUTA ARMADA: O NASCIMENTO DO MNR DURANTE A FASE INSURRECIONAL DO GRUPO BRIZOLA (URUGUAI, 1964-1967)

DARLISE GONÇALVES DE GONÇALVES¹;
ALESSANDRA GASPAROTTO²

¹UFPel – darlisehistoriadora@yahoo.com

² UFPel – sanagasperotto@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Uma vez fechadas as possibilidades de resistência ou sobrevivência diante da truculência do regime ditatorial que se desenhava, muitos brasileiros foram empurrados rumo ao exílio. Nesse primeiro momento o principal destino escolhido foi o Uruguai. Lá alguns deles buscaram rearticularem-se visando derrubar os militares que haviam tomado o poder, para então regressarem o quanto antes para seu País.

Sendo assim, a presente comunicação versa sobre as articulações tecidas pelo grupo de exilados vinculados a figura do ex-governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola em sua fase insurrecional, que se estendeu do imediato pós Golpe, em 1964, até a queda da Guerrilha de Caparaó¹, no ano de 1967. Nesse momento, em que se encontravam exilados no Uruguai, nasceu o Movimento Nacional Revolucionário (MNR) formado principalmente por militares da Marinha e do Exército que haviam sido expurgados pela ditadura.

Durante o período em que esteve vinculado à Brizola, o grupo se voltou para o planejamento e execução ações de resistência armada contra a ditadura brasileira. Assim sendo, o intuito dessa comunicação é demonstrar as formas como esse grupo, que se encontrava majoritariamente exilado no Uruguai, buscou viabilizar suas ações a partir de uma resistência em rede onde diversos elos, indivíduos situados em diferentes espaços, compuseram um todo orgânico que conectava o país de expulsão, o país de acolhida e as nações amigas dentro de uma resistência transnacional. Alargando assim as noções de fronteiras contidas dentro da lógica punitiva do exílio.

2. METODOLOGIA

No intuito de tentar reconstruir a trajetória desse grupo, lançamos mão de diferentes fontes a partir de uma metodologia de trabalho híbrida do tipo qualitativa. Entretanto um elemento que perpassa quase todo o material analisado é a memória.

A discussão que envolve esse conceito é complexa e comprehende múltiplas nuances. Nosso objetivo aqui não é discorrer exaustivamente sobre esse tema, porém se faz necessário tecer alguns apontamentos pertinentes. Partindo do princípio que as narrativas que tomam por base memórias ou que forjam memórias coletivas estão significativamente condicionadas por relações de poder. Nesse sentido, a memória como um espaço de poder, se torna crucial “para comprender los procesos sociales en los que se construyen las imágenes contemporáneas del pasado a las que llamamos de memoria” (JELIN; VINYES, 2021, s.p.). A

¹ Caparaó foi uma das primeiras experiencias de guerrilha rural no estilo do foquismo cubano. Ocorreu na Serra do Caparaó, região montanhosa entre a divisa dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, entre os anos de 1966 e 1967.

circulação e transmissão dessas memórias autorizadas ao longo da história faz com que se construam condutas legítimas que dão sentido aos posicionamentos do presente. Isso em certa medida explica porque em âmbito coletivo² algumas memórias são desejáveis e outras incômodas ou difíceis (PORTELLI, 2016). E esse tensionamento está presente nas fontes que são produtos dessas memórias.

Logo, tendo em vista que, fontes não são objetos dotados de neutralidade, essas refletem seu viés de produção e reprodução, devemos destinar especial atenção no tratamento das fontes memorialísticas: depoimentos orais, escritos, literatura de testemunho, biografias e livros reportagem, pois cada um deles é permeado por interesses próprios de quem narra, produz e divulga. Pois, muito daquilo que é narrado tem por trás um direcionamento dado pelo narrador visando a sua escuta, bem como a imagem que deseja imprimir de si para quem o ouve/lê.

Em outras palavras isso quer dizer que, em uma entrevista em História Oral, por exemplo, o fluxo do raciocínio não é tão refletido quando em um depoimento escrito. Ao mesmo tempo em que as informações contidas em um documento escrito em muito são condicionadas pela finalidade do documento. Por isso, o historiador deve estar atento as formas de lapidação dessas narrativas que são permeadas pelo: “subjetivismo de protagonistas que estão disputando politicamente um cenário ainda marcado por importantes lacunas e onde se confrontam memórias, justificativas, interpretações e histórias” (PADRÓS, 2009. p.41).

Destarte, destacamos então os livros de memória. Embora esses produtos culturais visem, dentre outras coisas, o mercado editorial, eles partem, ao mesmo tempo, de um novo compromisso entre o passado e o presente, que é assumido pelo indivíduo ao contar sua história. Nesse ato está sendo sistematizada a experiência vivida, não de uma forma pura, mas sim mediada e refletida, mesmo que involuntariamente (JELIM, 2002). Pois toda literatura é um ato político (SILVA, 2010), que nesse caso está diretamente associado à formação de identidades e as disputas de memória que atravessam a temática das ditaduras.

Outra fonte de suma importância para que possamos nos aproximar da trajetória do MNR são os documentos repressivos³. No trato destes, devemos partir do princípio que os mesmos trazem em si a “marca impressa das instituições que os produziram” (FERNANDES, 2020, p.45). Em outras palavras, eles carregam o olhar do outro sobre aqueles a quem definiam como inimigos da Nação. Por isso é importante termos em mente a seguinte premissa: o seu conteúdo narrativo está diretamente ligado a finalidade de produção do documento⁴. E diante disso, a validação dos dados apresentados por esse tipo de fonte se dá mediante o cruzamento com outras fontes, buscando aferir assim a “veracidade” das informações apresentadas por estas construções textuais.

² Existem também aspectos de ordem pessoal e psicológica que tocam de maneira particular a cada indivíduo marcado por esses processos traumáticos e que geram o silêncio. Tê-los em mente é fundamental para compreendermos os “não ditos” presentes nos relatos orais e memorialísticos.

³ No que tange a essa documentação é importante salientarmos a diferença entre arquivos repressivos dos arquivos sobre a repressão. Em linhas gerais, os primeiros foram produzidos pelo Estado no âmbito da sua comunidade de informações. Também, constam nesses arquivos bens, como documentos, livros, manifestos, e outros itens tomados de setores da oposição durante ações repressivas. Já os arquivos sobre a repressão são fruto da atuação dos grupos ligados à causa dos direitos humanos, constituídos com o intuito de fundamentar denúncias (PADRÓS, 2009).

⁴ Se tratando de documentos produzidos a partir de interrogatórios de presos políticos, devemos ter em mente que muitos foram conduzidos sob tortura, coerção ou ameaça o que incidiu em um provável falseamento da realidade visando atender os anseios dos agentes da repressão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esse estudo ainda se encontra em desenvolvimento, é parte integrante de um dos capítulos da tese de doutorado que está sendo produzida junto ao Programa de Pós Graduação em História da UFPel. Por esse motivo os dados de que dispomos ainda são bastante parciais.

Dessa forma, o panorama mais completo que temos até o momento diz respeito as articulações do MNR para a execução da guerrilha do Caparaó. Nesse episódio, a partir do cruzamento de diferentes fontes, nos ficou claro a ação desse grupo na arena transnacional. Seja pelo treinamento guerrilheiro e fundos monetários fornecidos por Cuba, a busca por parcerias e suprimentos materiais, sobretudo armamento, para guerrilha arrecadados junto a companheiros argentinos e paraguaios, bem como, o auxílio no trânsito dos exilados pelas regiões de fronteira com o Brasil para compor as diferentes frentes guerrilheiras do MNR na linha divisória do Mato Grosso ao Rio Grande do Sul.

Essa chave interpretativa que observa, esses indivíduos em uma arena global ao mesmo tempo em que suas ações nos micro espaços são encaradas com o mesmo teor de relevância, é recente em nossa historiografia. Países como a Argentina, vem tratando os exílios latino americanos dentro dessa perspectiva há mais tempo. Dessa forma, a ideia de transnacionalidade da atuação dos exilados, de acordo com Luis Roniger (2016) e Jensen, Lastra (2016), se aplica ao exílio político latino americano do século XX pois esses indivíduos coletivamente passaram a encarar papéis ativos a partir da sua condição de exilados⁵.

No caso de exílio brasileiro, a primeira leva de indivíduos que se fixou majoritariamente no Uruguai ainda acreditava na ideia de um retorno imediato. Logo para eles o exílio seria um curto período de tempo com a finalidade de preservação de sua integridade física. Assim, temos para esse período duas principais visões do exílio, uma contemporânea difundida entre as esquerdas da época e adotada por parte da historiografia. E outra mais recente que apresenta uma leitura mais dinâmica do fenômeno exilar.

A primeira não definia o exílio como tempo e lugar de luta. Essa tese foi classificada por Denise Rolleberg (1999) como o mito da terra,

uma determinação difundida entre os militantes segundo a qual, no exterior e, portanto, fora da prática, não se devia opinar muito menos decidir sobre os rumos da luta. Ao contrário, cabia-lhes esperar as orientações vindas da terra, de quem estava na prática (p.140).

Por outro lado, estudos mais recentes apontam que, embora as pautas do imediato pós 1964 fossem principalmente a derrubada do golpismo militar no Brasil, esses indivíduos lançaram mão de outras bandeiras em suas lutas. Como por exemplo, aquelas associadas a libertação da América Latina do espólio estadunidense, partilhando sobretudo das teses defendidas pelos ideólogos da Revolução Cubana. E que dessa forma, foram sim propulsores de demandas e ações visando esses objetivos.

Dessa forma, a linha de ação adotada pelo MNR vai dialogar com esse segundo viés interpretativo. Pois esse grupo não se colocou enquanto vítima

⁵ Ao longo das décadas de 1970 e 1980 esses grupos foram empurrados para outras formas de resistência, e passam a se utilizar da arena global para lançar mão de outras ferramentas de oposição. Agregando à suas lutas, com o tempo, novos discursos que eram acionados enquanto bandeira política, fazendo assim com que se mantivesse sempre ativo esse espaço de manobras no cenário geo-político, transpondo os limites estabelecidos pelo traçado fronteiriço dos Estados Nacionais e consequentemente o imperativo maior da sua condição de exilado.

passiva do sistema, tampouco aguardou pacientemente as ordens vindas dos companheiros no Brasil. Desde o princípio esse grupo se postou enquanto protagonista dessa luta que era desenvolvida em um trabalho conjunto com aqueles que se encontravam no Brasil e com indivíduos de outros países solidários às mesmas causas.

4. CONCLUSÕES

No que diz respeito a formação do MNR, sua atuação e existência não foi localizado um trabalho acadêmico que sistematize sua trajetória. Logo esse é também um dos nossos objetivos com esse estudo. Para tanto nos apoiamos num amplo mosaico de fontes documentais, jornalísticas e memorialísticas.

Outra inovação desse estudo é a perspectiva adotada em relação a ação política no exílio. Viés interpretativo que já vem sendo adotado por pesquisadores argentinos, como Jensen; Lastra, (2016), Roniger (2010), mas que no brasil ainda se apresenta como uma novidade historiográfica impulsionada pela abertura dos arquivos repressivos e pelos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (KREUZ, 2020). Tal viés interpretativo, nos permite compreender o exílio como um fenômeno plural e, principalmente, como um espaço de ação que subverteu sua lógica primeira – ser uma ferramenta de controle e silenciamento de vozes dissonantes.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FERNANDES, A.S. **Burocratas da dor**: As conexões repressivas entre os órgãos de informação das ditaduras brasileira e uruguaias (1973-1985). São Leopoldo: Oikos, 2020.
- JELIN, E. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002.
- JELIN, E.; VINYES, R. **Como será el pasado**. Una conversación sobre el giro memorial. Barcelona: Ned Ediciones, 2021.
- JENSEN, S I. LASTRA, M So. Formas de exilio y prácticas represivas en la Argentina reciente (1974-1985). In: ÁGUILA, G.; GARAÑO, S.; SACATIZZA, P.; (org.). **Represión estatal y violencia paraestatal en la historia reciente argentina**: Nuevos abordajes a 40 años del golpe de Estado. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2016.
- KREUZ, D S. **Da “Meca Da Revolução” a “Um País Vazio”**: O Exílio Brasileiro Na Argélia (1965-1979). 2020. 224f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- PORTELLI, A. **História Oral como arte de escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- PADRÓS, E. S. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos. **Tempo e Argumento**. Revista do programa de pós-graduação em História. Florianópolis: UDESC, v. 1, n. 1, p. 30 – 45, jan./jun. 2009.
- RONIGER, L. Exílio Massivo, inclusão e exclusão política no século XX. **Dados revista de ciências sociais**. V.53, n.1. p.91-123, 2010.
- ROLLEMBERG, D. **Exílio entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SILVA, S. A literatura de testemunho e a afirmação da vida. Entrevista por Márcia Junges. **IHU on line** – Revista do Instituto Humanitas Unissinos. n. 344, 21 de setembro de 2010. s.p.